

“Entramos em nova fase”

Esta é a íntegra do discurso da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na segunda sessão plenária do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ontem:

“Desejo felicitá-lo por sua eleição para conduzir nossos trabalhos, garantia do êxito desta reunião, bem como agradecer a tradicional hospitalidade canadense e desta nobre cidade de Montreal.

Venho a este foro, em momento de profunda transformação da vida brasileira, para apresentar as novas diretrizes de política econômica nacional e expressar a importância que o novo governo de meu país atribui às instituições multilaterais de financiamento. É significativo que seja no Banco Interamericano de Desenvolvimento o primeiro contato que faço como ministra da Economia com a comunidade financeira internacional. De um lado, por ser este um organismo que se volta para o desenvolvimento da América Latina. De outro, por atravessar o BID uma nova fase, em que se ampliam as perspectivas de financiamento de projetos e iniciativas. O Brasil, que nos últimos anos tem sido contribuinte líquido do banco, pretende a partir de agora reverter essa situação e receber uma colaboração financeira condizente com suas necessidades.

Não se perdem oportunidades impunentes. Nossas populações estão cansadas de retrocessos. O apoio externo, que não se materializou no passado, é agora fundamental.

O banco conhece a região, conta com recursos aumentados, goza de amplo respaldo e tem à sua frente o dr. Enrique Inglesias, homem de visão mundial e de abnegada determinação em sua vocação latino-americana.

É preciso, contudo, que o BID se engaje firmemente no apoio a nossos esforços internos. Isso requer agilidade e flexibilidade no atendimento aos pleitos de financiamento; uma política financeira que permita a redução dos custos desse financiamento; prioridades em consonância com as prioridades nacionais; e apoio decidido e rápido às mudanças em curso.

O Brasil, como um dos maiores acionistas do banco, pretende, através de sua atuação na diretoria executiva, por via de um diálogo permanente com a instituição e seu presidente em conjunto com os demais países membros, colocar de forma franca e aberta sua conceção do BID nos anos 90.

O BID deverá crescer e modernizar-se, objetivos comuns de seus mutuários. Deverá também preservar suas características essenciais e sua visão autônoma dos problemas da região e da melhor forma de solucioná-los, a partir das prioridades nacionais.

Senhor presidente, a economia internacional, no início dos anos 90, reflete ainda os desequilíbrios que marcaram a década pas-

viver sem o risco de estagnação ou de ameaça à vida democrática.

A essência das medidas governamentais poderia ser resumida em cinco pontos principais: 1) uma reforma monetária, que tem como objetivos básicos o combate à inflação e a recuperação do controle do Estado sobre a moeda nacional; 2) uma ampla reforma do Estado, que envolve a reorganização da máquina pública, e o reordenamento do papel estatal na economia; 3) uma política de ajuste fiscal que amplia e moraliza a arrecadação, abrindo caminho para o combate rigoroso do déficit público e para a justiça fiscal; 4) uma política de rendas, que visa a compatibilizar a recuperação e a expansão do poder de compra dos salários com ressuestes de preços realistas; 5) uma nova política industrial e comercial, voltada para maximização da taxa de crescimento e produtividade, que estimule a competitividade empresarial e conduza a uma maior integração da economia brasileira na economia internacional. Sobre cada um desses pontos, desejo fazer breves comentários.

Os altos índices inflacionários com que a sociedade brasileira aprendeu a conviver nos últimos anos criaram distorções de grande dimensão na vida econômica. Instuiu-se no Brasil um sistema de indexação da moeda que, se de um lado, permitiu que se reduzissem no curto prazo os efeitos perturbadores da instabilidade monetária, de outro, afetou brutalmente a distribuição de riqueza, o valor real dos salários e inviabilizou o cálculo econômico. Ao mesmo tempo, a necessidade imperiosa de que o setor público se provesse de recursos para o seu financiamento fez com que o próprio Estado se lancasse à captação de aportes financeiros e estabelecesse um sistema de remuneração elevada dos recursos por ele captados, de efeito altamente pernicioso. A sociedade passou a desviar recursos antes destinados a investimentos produtivos para o setor financeiro e ampliaram-se consideravelmente os movimentos especulativos.

A reforma monetária tornou-se, assim, inadiável e passou a constituir elemento essencial para a contenção da espiral inflacionária.

Através do novo plano econômico instituiu-se uma nova moeda — o cruzeiro — e reduziu-se substancialmente a quantidade de moeda em circulação e de depósitos à vista à disposição do público. O saque individual dos investimentos financeiros e contas de poupança foi limitado, ficando os valores excedentes depositados no Banco Central por 18 meses, após o que serão convertidos à nova moeda em doze parcelas mensais e retornarão às mãos de seus titulares, com os juros e a atualização monetária correspondentes, no decurso de um ano.

Esse esforço sem precedentes de enxugamento da moeda em circulação veio acompanhado de uma série de iniciativas inéditas de reorganização do setor estatal. Onze entidades da administração pública federal foram imediatamente dissolvidas. Iniciou-se uma ampla reforma no governo que envolve a eliminação e a fusão de órgãos da administração direta. Apresentou-se ao Congresso Nacional projeto de lei que regulamenta a alienação de bens imóveis da União; reduziram-se substancialmente os cargos em comissão e as vantagens oferecidas a servidores públicos do primeiro e segundo escalão; autorizou-se a alienação da dívida ativa da União. Paralelamente a essas medidas, instituiu-se um audacioso Programa Nacional de Desestatização, da ordem de 2,2% do PIB, que prevê a transferência para a iniciativa privada de empresas e atividades que vinham sendo controladas pelo Estado e que, por isso, encontravam-se submetidas às limitações e aos constrangimentos financeiros enfrentados pelo setor público. Espera-se que, com a implementação do programa, seja possível ampliar a competitividade dessas empresas, reduzir a dívida do Tesouro Nacional vinculada à sua manutenção, desobrigar o Estado de investimentos que, por sua natureza, não devem ficar sob a órbita estatal e, assim, ampliar os horizontes do investimento privado.

A reforma fiscal é o outro elemento fundamental do plano econômico, por seus reflexos no financiamento do setor público, por seu caráter redistributivo e por seu efeito moralizador. Ela toca três ordens básicas de preocupação: primeira, o sim do anônimo fiscal, a tributação sobre as atividades que não eram tributadas e a ampliação da carga fiscal em áreas nas quais os tributos eram irrisórios, incompatíveis com os padrões sociais brasileiros. Incluem-se aí o imposto progressivo sobre as grandes fortunas, o imposto sobre as operações financeiras, a tributação da exploração da atividade rural e a revogação de uma série de favores fiscais, como a isenção de impostos sobre os ganhos de capital obtidos nas operações em bolsas de valores. A segunda ordem de preocupação é a de melhorar a produtividade da máquina fiscal e de arrecadação. A terceira é a punição efetiva e rigorosa dos crimes contra a Fazenda Pública, sejam eles cometidos por agentes econômicos privados ou pelo próprio servidor fazendário encarregado da fiscalização.

Todas as medidas até aqui descritas não conduziriam à estabilidade sem o ônus de uma profunda recessão caso não fossem articuladas com nova sistemática de controle de preços e rendimentos. A nova política, que objetiva conciliar a redução rápida e ordenada da inflação com o crescimento do poder de compra dos trabalhadores, prevê a fixação mensal do limite máximo de reajuste automático de preços e, ao mesmo tempo, a determinação de limites mínimos para reajustes salariais, sempre acima das metas da inflação. O princípio da livre negociação salarial fica respeitado, desde que os aumentos salariais sejam sempre maiores do que os limites mínimos mencionados. Além disso, são fixadas regras particulares para o caso do salário mínimo. Este, além dos reajustes mensais regulares, terá, trimestralmente, ajustes complementares automáticos, para permitir um incremento salarial real de 5%.

Governo, empresários e trabalhadores elaborarão, em conjunto, um índice de preços da cesta de produtos básicos para avaliar, a cada trimestre, o comportamento real do salário mínimo. Sempre que a variação salarial acumulada for inferior à dos preços da cesta, haverá reajuste imediato do salário mínimo, de modo a garantir que não haja perda de seu poder de compra.

Um procedimento dessa natureza é inédito no Brasil e contraria a tese de que só pode haver controle da inflação se se adotar uma política salarial restritiva. A convicção do governo brasileiro é de que os custos da estabilização não poderiam recair sobre os assalariados. O estancamento da inflação deve se dar, em última análise, pelo sacrifício daqueles setores da sociedade que vinham auferindo ganhos da atividade financeira não-produtiva e acabavam por estimular, direta ou indiretamente, a inflação e a retração dos investimentos.

A definição e a implementação de uma nova política industrial completam o quadro das iniciativas que formam o plano econômico. O objetivo dessa política é, através de um sistema progressivo de liberação de importações, do estímulo à competição empresarial doméstica, de apoio maciço à capacitação tecnológica da empresa nacional, maximizar as taxas de crescimento e de produtividade da economia, promover a modernização do parque industrial, ampliar e diversificar a oferta de produtos e, em última análise, beneficiar o próprio consumidor brasileiro. A tarefa é de longo prazo. Foi iniciada pela revogação de isenções tributárias previstas em regimes especiais de importação e pela revogação da autorização de funcionamento das Zonas de Processamento de Exportações, que no regime de liberação tarifária que se pretende instalar no País, perdem o significado.

Senhor presidente, passados quinze dias do início da implementação das medidas econômicas, os resultados já são evidentes e animadores. A sociedade brasileira não só demonstrou concordar amplamente com tais medidas, mas revela-se, em todos os níveis, disposta a empreender os sacrifícios necessários para que elas resultem na consolidação de uma nova ordem econômico-social em que todos, sem exceção, terão ganhos a auferir. Tenho mantido contatos permanentes com representantes dos distintos segmentos sociais e deles tenho ouvido expressões de apoio e de encorajamento. Mesmo os setores que, a curto prazo, têm enfrentado um ajuste mais rigoroso estão convencidos de que o quadro que dominava a economia nacional antes de 15 de março não poderia ser mantido, sob pena de que País mergulhasse num clima de desordem e jogasse por terra as conquistas duramente atingidas nos últimos quarenta anos.

A economia mundial ainda reflete os desequilíbrios da década passada

sada. Muito embora os países de alta renda apresentem índices crescentemente positivos de recuperação e desempenho, persistem no quadro global problemas estruturais inegavelmente preocupantes.

À parte esse quadro de desequilíbrios remanescentes dos últimos dez anos, delinea-se no panorama econômico internacional um novo cenário, de contorno ainda não totalmente definido e de reflexos de longo prazo. O mundo passa por uma reorganização da divisão internacional do trabalho, centrada na capacidade de absorver e gerar tecnologia. Nesse novo cenário, aqueles que não desejam ver-se marginalizados devem desde já desenvolver um esforço de modernização de suas economias.

O Brasil é um dos países que se encontram agora diante desse desafio modernizador e da necessidade de integrar-se de forma competitiva à economia mundial.

Nos últimos 20 anos a economia brasileira apresentou sinais oscilantes de vitalidade e de contração. A todo um trabalho de fortalecimento da capacidade industrial nacional e de ampliação dos investimentos em infra-estrutura nos anos 70, seguiu-se um período de aguda crise econômica que atravessou os anos 80 e alcançou seu ponto crítico no final da década.

O agravamento recente desse quadro exigiu ação firme com vistas à recuperação da economia brasileira, à modernização industrial do País e à reinserção do Brasil num panorama mundial crescentemente desafiador. Por isso, desde o primeiro dia de seu mandato, o presidente Fernando Collor tomou medidas drásticas de reordenamento econômico e recuperação das finanças públicas.

Estamos, na realidade, iniciando no Brasil uma nova fase, que pressupõe, sobre tudo, uma mudança de mentalidade e dos próprios padrões que regem a vida nacional. Fizemos uma profunda ruptura com o passado.

Seria irrealista se acreditarmos que a simples descrição de um conjunto de medidas pudesse dar uma ideia precisa do que está ocorrendo no País. Os distintos setores da vida brasileira, passado o período inicial de adaptação à nova política econômica, dão-se agora conta de que o que está em questão é um processo de transformação. De que, muito além de um simples ajustamento, o que se objetiva é a definição de novos padrões de comportamento e de justiça social. Visa-se à eliminação de desequilíbrios com os quais já não mais se podia con-

Passados 15 dias do início do plano, os resultados já são animadores

É necessário agora reconquistarmos irreversivelmente a estabilidade econômica. E esse esforço não depende unicamente do governo, mas tem que envolver empresários, trabalhadores e toda a sociedade brasileira. Indicativo desse esforço, que abrange todos os segmentos de nossa sociedade, é o entendimento que se está consolidando entre o Executivo e o Congresso Nacional para que se alcance o consenso em torno do Programa de Estabilização.

É evidente que temos também que enfrentar adequadamente as dificuldades do setor externo e que o que se vai fazer nesse sentido é parte fundamental do plano de estabilização e das condições de recuperação do crescimento.

O governo brasileiro tem afirmado que deseja reiniciar as negociações com os meios financeiros internacionais. Se não o fez até o momento, foi por ter a convicção de que devia antes ajustar a realidade interna. Sempre rejeitamos a ideia prevalecente no passado recente brasileiro de que os acertos com a comunidade financeira internacional deveriam orientar decisões de política econômica de âmbito estritamente nacional. E o fato é que todas as vezes que assim se agiu os resultados foram o malogro. O endividamento persistiu sem que se conquistassem avanços e as dificuldades internas se voluntariaram sem que se vislumbrassem soluções. Vamos agora adotar o curso inverso de ação.

Em breve deveremos iniciar entendimentos com a comunidade financeira internacional. O governo brasileiro espera que nessas negociações se possam explorar distintas alternativas; está aberto ao diálogo e deseja apresentar propostas que conduzam a soluções permanentes que nos desviam do processo de marchas e contramarchas que tem caracterizado os entendimentos a respeito da dívida externa. Nesse contexto, o papel dos governos dos países credores é fundamental. Reconhecemos os avanços contidos em várias iniciativas recentes, mas acreditamos que elas devam ser ampliadas.

Senhor presidente, o plano econômico do governo Collor, por sua abrangência e seu rigor, é algo inédito na vida brasileira. Dificilmente se encontrarão exemplos paralelos na história. A coragem e a determinação demonstradas estão à altura da gravidade do momento. Aguardamos agora de parte das instituições internacionais de financiamento e da comunidade financeira internacional resposta à altura dos sacrifícios que estão no momento sendo feitos pela sociedade brasileira.

Muito obrigada.